

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO:

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO ENEM NA PRODUÇÃO DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA

NATIONAL HIGH SCHOOL EXAMINATION (ENEM): CONSIDERATIONS ON ENEM'S INFLUENCE ON THE PRODUCTION OF THE HISTORY CURRICULUM

Jean Mac Cole Tavares Santos¹

Francisco das Chagas Silva Souza²

Francisco José Balduino da Silva³

RESUMO: O presente estudo tem por finalidade analisar a produção acadêmica em torno da influência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos currículos escolares do Ensino Médio no que diz respeito à disciplina História. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. O trabalho estrutura-se em três partes. A primeira traz um recorte histórico do ENEM de 1998 a 2016, a segunda trata de um levantamento quantitativo das teses e dissertações sobre o ENEM, e, por fim, uma análise de oito trabalhos que discutiram as implicações do ENEM no processo de ressignificação do currículo de História para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Currículo. Ensino de história.

ABSTRACT: The present study aims to analyze the academic production around the influence of the National High School Examination (ENEM) in the high school curriculum concerning the History discipline. This is a bibliographical research carried out in the Bank of Thesis and Dissertations of CAPES. The work is structured in three parts. The first one brings a historical cutout of ENEM from 1998 to 2016, the second deals with a quantitative survey of thesis and dissertations about ENEM, concluding with the analysis of eight papers that discussed the ENEM implications in the process of resignification in the history curriculum for high school.

Keywords: National High School Examination (ENEM). Curriculum. History teaching.

¹ Professor do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

² Professor titular do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ Professor de História da Rede Pública do Estado do Ceará. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO).

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 e, desde então, vem sendo aplicado anualmente como política pública de avaliação do Ensino Médio pelo Governo Federal. Os discentes e os demais interessados podem, por meio desta prova, realizar uma avaliação dos seus conhecimentos, ingressar no Ensino Superior e obter benefícios de programas federais que utilizam dados estatísticos deste Exame como critérios seletivos. Com relação às escolas, estas estabelecem uma hierarquia da qualidade (pautando-se nas médias de proficiência alcançadas por cada instituição e divulgadas pelo MEC, em conjunto com a quantificação do número de aprovações para o ingresso nas Universidades) do conhecimento socialmente constituído, a partir das médias que alcançam.

Vários são os interesses e as demandas despertados pelo ENEM. Neste espaço de disputas, questionamos a respeito das ressignificações dadas pelos professores na formulação de seus currículos e práticas escolares com base nesse exame. Este é o ponto que buscaremos analisar na discussão dos trabalhos selecionados para a elaboração desse artigo, dando ênfase à produção do conhecimento sobre o ENEM e suas implicações na reestruturação curricular do Ensino Médio, com foco no ensino de História.

O trabalho estrutura-se em três partes. Na primeira, realizamos uma exposição acerca do recorte histórico do ENEM, de 1998 a 2016. A segunda trata de um levantamento quantitativo das teses e dissertações sobre o ENEM e as temáticas trabalhadas nesses estudos. Finalizamos com a análise de oito trabalhos que discutem o processo de ressignificação das premissas do ENEM na formatação do currículo escolar de Ensino Médio, na disciplina História.

1. ENEM: Marcos legais e discurso oficial

A primeira edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) remonta ao ano de 1998, fazendo parte de uma política de reestruturação do Ensino Médio

iniciada com a LDB, Lei 9.394, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, 1996).

Em sua primeira aplicação, o ENEM apresentou-se como uma prova composta por 63 questões multidisciplinares, baseadas em competências e habilidades, e pautadas em um discurso de interdisciplinaridade. Contou, inicialmente, com 151.221 inscritos e 115.575 participantes, - portanto, com uma taxa de abstenção de 26,5%. Foi aplicado em 184 municípios brasileiros (INEP, 1998), incluindo todas as capitais e municípios com densidade significativa de matrículas no Ensino Médio, conforme determinação da Portaria MEC 438/1998, que institui o referido Exame.

Quando comparamos o número de inscritos de 1998 com a edição de 2016, que contou com mais de 8,6 milhões de inscrições (INEP, 2016), vemos um crescimento considerável e podemos observar o quanto a primeira edição foi restrita. O número reduzido de participantes da primeira edição do ENEM pode ser explicado pela sua aplicação se restringir às capitais e grandes cidades, mas, também, pelos objetivos traçados inicialmente pela Portaria MEC 438/1998:

Artigo 1º - Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

- I - conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- II - criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- III - fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- IV - constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio (BRASIL, 1998).

Conforme apresentado pela Portaria MEC 438/1998, o primeiro ENEM atuava como parâmetro de autoavaliação do aluno concluinte da Educação Básica, além de fornecer dados de referência nacionais para o governo federal e Instituições de Ensino Superior (IES) acerca da qualidade do Ensino Médio. Assim, as médias do ENEM apresentavam um caráter avaliativo individual e de rede, sem extensão de seu uso para acesso ao Ensino Superior ou demais programas e projetos governamentais, como viria a ser posteriormente.

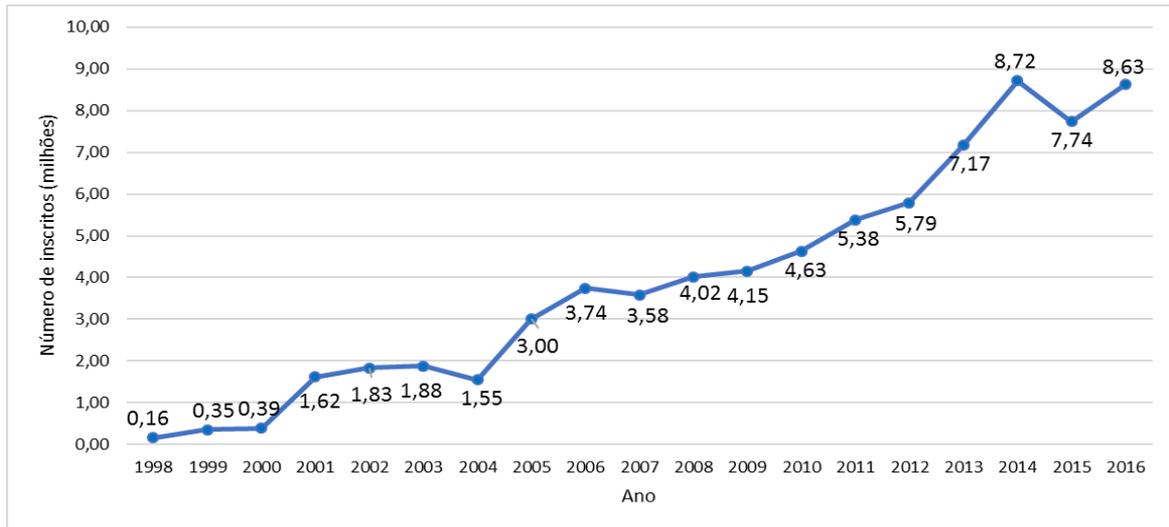


Gráfico 1: Quantidade de inscritos no ENEM (1998-2016). Fonte: Elaborado pelos autores com base INEP (2015).

Conforme pode ser visto no gráfico 1, as inscrições no ENEM tiveram um crescimento considerável em 2001, alcançando, pela primeira vez, a marca de 1 milhão de inscritos, com a gratuidade do Exame para os alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas. Em 2005, as inscrições chegaram a 3 milhões (INEP, 2015) de alunos, atreladas à criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2004, criado, inicialmente, pela medida provisória 213/04, e institucionalizado pela Lei 11.096/05. O ProUni prevê a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50% ou 25%) para estudantes de graduação em IES privadas. Para isso, o candidato deve enquadrar-se na seguinte situação:

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato (BRASIL, 2005).

Para Eliezer Moreira Pacheco, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituição responsável pela elaboração e aplicação do ENEM, “[...] o número de inscritos cresceu porque os alunos são obrigados a fazer a prova para poderem participar do ProUni, que concede bolsas em instituições particulares de ensino superior” (ENEM..., 2005).

Em 2009, o MEC propôs à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior que o ENEM fosse reestruturado, passando a ser utilizado como sistema unificado de seleção para ingresso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Desta forma, o ENEM cumpriria o papel de redemocratizar o acesso ao Ensino Superior e induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio a partir de um exame nacional unificado, entendido pelo Ministério da Educação como um sinalizador concreto de orientações curriculares, como expresso no texto desse documento:

Um exame nacional unificado, desenvolvido com base numa concepção de prova focada em habilidades e conteúdos mais relevantes, passaria a ser importante instrumento de política educacional, na medida em que sinalizaria concretamente para o ensino médio orientações curriculares expressas de modo claro, intencional e articulado para cada área de conhecimento (BRASIL, 2009a, p. 4).

Seguindo a proposta de orientação curricular, o ENEM passou por uma reorganização em sua matriz de competências e habilidades, aproximando-se das Diretrizes Curriculares Nacionais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e dos currículos escolares, tornando-se um instrumento de reformulação curricular do Ensino Médio. Considerando a implicação curricular que os processos de seleções ao Ensino Superior operam no ambiente escolar, Bittencourt (2004, p. 119-120) afirma:

Os exames vestibulares, por efetuarem uma seleção de alunos, organizam seus programas de acordo com uma proposta conteudista e abrangente. As condições atuais de efetivação de proposta de ensino médio vinculam-se assim a mudanças tanto no próprio sistema seletivo para o ingresso no ensino superior como no complexo sistema de avaliação da escola.

Nesta perspectiva de atuação como reestruturação curricular, a proposta do “Novo ENEM” visa romper a ambiguidade formada ao término do Ensino Médio. Na premissa apresentada pela LDB, Lei 9.394/96, a escola deve educar o aluno para que possa alcançar os mais altos níveis de conhecimento, pautando-se na preparação para o mundo do trabalho e cidadania. Essa preparação deveria basear-se na contextualização (PCNs), porém, apesar disto, as avaliações de

acesso ao Ensino Superior mantinham-se conteudistas. Assim, o aluno, ao término da Educação Básica, seria avaliado com base na capacidade de armazenar informações e encontrar a alternativa correta para questões isoladas em seu espaço disciplinar.

A base legal dessa reestruturação do ENEM foi amparada pela Portaria MEC 109/09, trazendo as seguintes alterações aos objetivos do Exame expressos na Portaria 438/98:

II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;

III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior (BRASIL,2009b).

Nestas condições, a Portaria MEC 109/09 deixa explícito, em seu texto, o objetivo de atuar como avaliação final da Educação Básica, acreditando que sua matriz de referência, em conjunto com a reformulação na organização da prova do ENEM, atuaria na reestruturação dos currículos do Ensino Médio:

Não é por acaso que a propaganda reestruturação do ENEM, especialmente em 2009, sentencia uma condenação ao vestibular como sistema de acesso ao ensino superior, por ser uma avaliação responsável pela permanência do modelo de organização curricular por disciplina (ROCHA; RAVALLEC, 2014, p. 1996).

Como afirmam Rocha e Ravallec (2014), no processo de legitimação do ENEM como sistema avaliativo e indutor de mudanças curriculares, o MEC passou a apresentar uma divisão dicotômica entre ENEM e vestibulares. O vestibular passa a ser categorizado como tradicional e o ENEM, visto agora como “novo”, trazia uma inovação na elaboração de questões baseadas em competências e habilidades.

Com essa nova proposta, a estrutura do Exame passou por mudanças, deixando de ser realizado em único dia, com uma prova composta por 63 questões multidisciplinares e uma redação, passando a ser realizado em 2 dias consecutivos, com 180 questões distribuídas, igualmente, em quatro áreas do conhecimento (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciência Humanas e suas Tecnologias,

Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias) e mais uma redação.

As alterações, na estrutura da prova e dias de aplicação, foram respaldadas pela Portaria MEC 109/09. Em 2017, o Exame passou por mudança relativa aos dias de aplicação da prova. A partir de consulta pública, no ano citado, a prova foi aplicada em dois domingos consecutivos, mas manteve a estrutura de número de questões por área e a aplicação da redação (INEP, 2017).

Somando-se as mudanças na estrutura da prova e sua utilização como processo unificado de acesso ao Ensino Superior, temos uma série de programas federais que foram atrelados ao ENEM, utilizando as médias alcançadas pelos alunos como critério de seleção. O ENEM passou a atuar como exame complementar ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), em 2009⁴; como certificador do Ensino Médio para alunos em descompasso série-idade; como seleção para concessão de bolsas de estudos do Programa Ciências sem Fronteiras⁵, em 2012; acesso a vagas em cursos profissionalizantes subsequentes pelo Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), em 2013, e como complementar ao sistema de financiamento estudantil em instituições privadas no Brasil no Programa de Financiamento Estudantil (FIES), em 2015.

Com a elevação no número de inscritos e os vários programas federais ligados ao ENEM, o Exame passou a fazer parte do discurso escolar. Soma-se a isso a instituição das Portarias MEC nº 462/2009 e INEP nº 109/2009, que regulamentaram a avaliação do desempenho acadêmico escolar, por meio da divulgação da média global de cada escola. Essa ação fez com que as escolas voltassem seu olhar para o Exame em uma dinâmica ainda maior, pois o ENEM passa a agir como uma avaliação externa na qual a qualidade educacional de cada instituição passa a ser atrelada à média escolar alcançada nele, bem como à quantidade de alunos aprovados nos cursos superiores em uma dinâmica de performatividade, responsável por legitimar, socialmente, a qualidade do trabalho educativo das escolas, a partir dos resultados institucionais e individuais de seus alunos, como apontam Lopes e López (2010, p. 101).

⁴ A partir de 2017 o ENEM deixará de atuar como avaliação de certificação do Ensino Médio.

⁵ O programa foi suspenso entre 2015 e 2016, em 2017 passou por reformulação voltando sua atenção para o aprendizado de línguas e cursos de pós-graduação.

É por meio da performatividade e da responsabilidade (*accountability*) que serviços sociais como a educação são padronizados, calculados, qualificados e comparados, em uma dinâmica na qual os conhecimentos legitimados dos estudantes passam a ser vistos como idênticos aos resultados dos testes que o representam.

Esta concepção de performatividade apresenta-se como um dos vários pontos na caracterização institucional da escola perante à sociedade, formando, nas palavras de Ball e Maroy (2009), o “posicionamento de mercado” de cada instituição, entendendo posicionamento de mercado como uma contextualização social de múltiplos fatores responsáveis por construir uma dinâmica de hierarquização social das escolas.

A construção da hierarquia escolar não se dispõe a entender a escola como boa ou ruim em seus processos, mas, seguindo a lógica de Ball e Maroy (2009), quanto à classificação estabelecida socialmente perante a colocação das escolas em um mercado de interdependência social. Ao interligar os resultados alcançados no ENEM, constrói-se uma dinâmica de responsabilização, da escola e dos professores, sobre os resultados obtidos individualmente pelos alunos, bem como as médias escolares.

Na construção do posicionamento de mercado das escolas, temos uma política pública de avaliação sendo ressignificada socialmente e no ambiente escolar, formando posicionamentos de mercado responsáveis por estabelecer, socialmente, a qualidade educacional das instituições, e, por consequência, podemos supor que venha a refletir, de alguma forma, no trabalho docente, entre eles, o labor dos professores de História.

Interessa-nos observar como o ENEM pode trazer reflexos para os professores de História, no que diz respeito à formatação curricular. Não podemos perder de vista a existência de um mercado editorial voltado para a preparação de alunos, abastecendo bancas de revistas com publicações como “O Guia do Estudante”, da editora Abril, trazendo os conteúdos mais cobrados das disciplinas em rankings, baseados na quantidade de vezes que foram cobrados na prova. Monta-se, assim, um currículo paralelo, e, ao observar tais rankings, vemos a formatação de conteúdos tidos como essenciais para o estudo de História.

Além das revistas, temos os sites especializados em aulas e materiais didáticos interativos, como é o caso dos sites “Descomplica”⁶ e “Geekie Games ENEM”⁷, todos apresentando um discurso de preparação voltada para o ENEM. Em ambos os sites, professores de diferentes disciplinas, dentre elas História, apresentam os conteúdos considerados primordiais para a realização de uma boa prova, selecionando e valorizando determinados saberes em detrimento de outros.

Somando-se ao discurso de “Se dê bem no ENEM”, encontrado nos sites, e à abordagem de temas nas revistas, os livros didáticos não ficam para trás no enfoque sobre o ENEM, apresentando preocupações quanto à preparação dos alunos para o Exame. Dessa maneira, seguindo uma lógica de mercado, os livros didáticos apresentam-se como auxiliares na preparação de alunos focados no ENEM, alargando seu campo de discussão para além da formatação curricular do Ensino Médio.

O livro didático estabelece uma relação simbiótica com a escola. Sua compra faz-se necessária para gerar leitura o suficiente que possa contextualizar o aluno perante o conteúdo apresentado pelo professor. Enquanto isso, sua escrita e organização dos conteúdos agem como auxiliares na formatação curricular. Portanto, ao mesmo tempo em que o livro é um produto de mercado, também age como um definidor curricular (MUNAKATA, 2012).

Entre os livros aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018, temos a coleção de Alfredo Boulos Júnior (2016), que traz, em sua apresentação, o seguinte texto sobre o conteúdo apresentado: “Será que tem o que eu preciso aprender para passar no Enem e/ou Vestibular?” Da mesma forma que a obra de Boulos, outros livros trazem questões de edições do ENEM para resolução e debate pelo professor, levando esse Exame para o espaço da sala de aula como um tema gerador de discussões em torno da História.

Mesmo contando com o material apresentado, sabemos que a práxis pedagógica se faz no dia a dia escolar, cabendo ao professor, em seu planejamento e formatação curricular, estipular os conteúdos a serem trabalhados em um processo de tradução, esta “[...] ao mesmo tempo um processo de invenção e de conformidade. Conforme os professores se envolvem com a política e trazem a sua

⁶ Site “Descomplica”: <https://descomplica.com.br/produtos/enem>

⁷ Site “Geekie Games”: <https://geekiegames.geekie.com.br>

criatividade para apoiar a sua atuação, eles também são capturados por ela. Eles a alteram, em alguns aspectos, e ela os mudam.” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 74).

Nesse processo de tradução, o professor é transformado e transforma o objeto em questão, o ENEM, em conteúdo. A valorização desse Exame é ressignificada pelos professores, o que nos leva a discutir como o ENEM implica na reestruturação curricular da disciplina História.

2. Produção do conhecimento sobre o ENEM

Para análise do estado do conhecimento acerca do ENEM, estabelecemos o recorte temporal entre os anos de 1998 a 2016, levando em conta a primeira edição do ENEM e sua última edição (considerando que nossa pesquisa ocorreu no Banco de Teses e Dissertações da CAPES durante o mês de maio de 2017). Optamos por este acervo por compilar as pesquisas acadêmicas dos programas de mestrado e doutorado no país, representando relevância quanto à produção científica em torno da temática, podendo levantar as lacunas ainda existentes e as abordagens já realizadas, propiciando, assim, um direcionamento quanto às futuras pesquisas e apresentando um panorama sobre a discussão do tema na academia.

Iniciamos nossa pesquisa com o descritor “Exame Nacional do Ensino Médio” na barra de busca do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Obtivemos 415 resultados. Ao refinarmos os resultados, marcando a grande área das Ciências Humanas, foram apresentados 152 trabalhos. Quando limitamos às áreas de Educação e História, chegamos a 121 estudos que citaram o ENEM em seu título ou em seus resumos.

Dentre os trabalhos apresentados, temos dois em que o ENEM foi citado em resumo, apenas superficialmente, como um exemplo de avaliação de larga escala. Por não terem maiores problematizações no corpo da pesquisa, optamos por não considerar esses estudos, restando-nos 119 trabalhos para nossa análise.

Dentre os 119 textos selecionados, temos a concentração de trabalhos abordando a temática sobre o ENEM nos programas de mestrado, 88 trabalhos,

correspondendo a 74% da produção sobre o tema. Como resultados de pesquisas em programas de doutorado, encontramos 31 trabalhos, o que corresponde a 26% do total.

Observamos, também, a distribuição desses trabalhos pelas regiões brasileiras. Sobre as pesquisas nos programas de mestrado e doutorado acerca do ENEM, temos o seguinte resultado:

Região	Quantidade	%
Norte	1	0,8
Nordeste	15	12,6
Centro-Oeste	17	14,3
Sudeste	59	49,6
Sul	27	22,7
Total	119	100,0

Tabela 1: Distribuição da produção acadêmica sobre o ENEM (1998 – 2016) por região brasileira. Fonte: Elaborado pelos autores com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Quanto às Instituições de Ensino Superior (IES) nas quais essas pesquisas foram realizadas, encontramos uma concentração na região Sudeste, com 59 pesquisas. Duas dessas IES se destacam: a PUC-SP, com 9 trabalhos, e a USP, com 6 trabalhos.

Com menor produção acadêmica em torno da temática temos a região Norte, com 1 trabalho ou 0,8% do todo, realizado na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Já o Nordeste apresenta 15 trabalhos (12,6%), com a maior produção em duas universidades, a saber: Universidade Federal do Ceará (4) e a Universidade Federal da Bahia (3). As demais instituições com trabalhos envolvendo a temática são: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2), Universidade Federal do Maranhão (2), Universidade Estadual do Ceará (1), Universidade Federal de Alagoas (1), Universidade do Estado da Bahia (1) e Universidade Federal do Piauí (1).

A pesquisa também mostrou que a participação limitada dos estudantes, bem como os usos do ENEM entre os anos de 1998 a 2008, refletem na produção acadêmica sobre o tema. Vemos no Gráfico 2 que, no intervalo de tempo em questão, houve 24 trabalhos apresentados, produção inferior aos anos de 2009

em diante. Nos anos 1998, 1999, 2001, 2007 e 2008, não encontramos dissertações ou teses que abordem o ENEM.

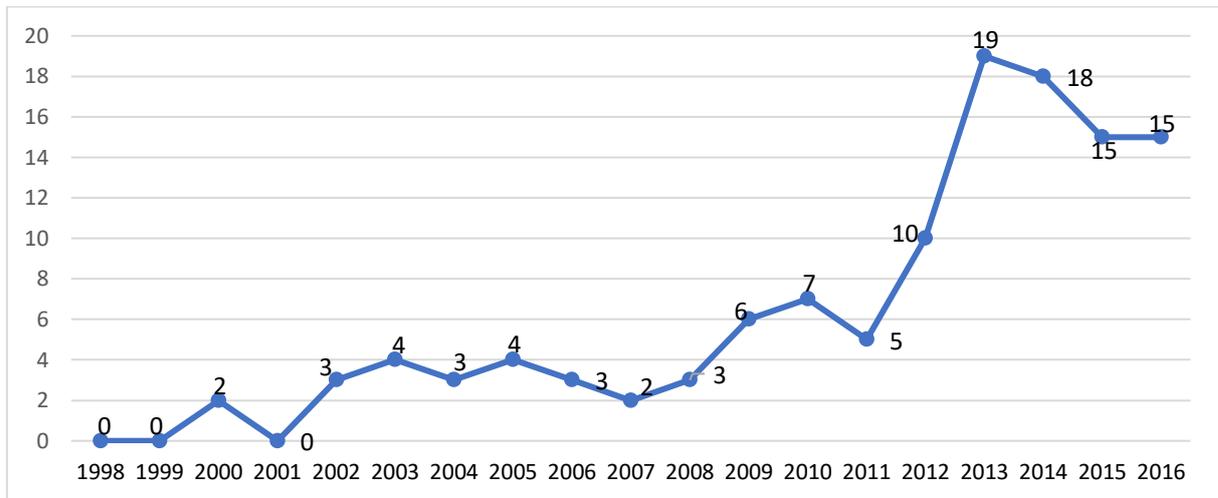


Gráfico 2: Produção de trabalhos acadêmicos sobre o ENEM (1998-2016). Fonte: Elaborado pelos autores com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

A curva crescente dos trabalhos apresentados coincide com as mudanças realizadas no ENEM em 2009. Observando o Gráfico 2, vemos o período entre 2009 a 2016 acentuar o crescimento de pesquisas cuja problemática foi o ENEM, com 96 trabalhos sendo apresentados neste espaço de tempo, o quádruplo de trabalhos em relação aos anos anteriores a 2009. O pico desta produção foi alcançado no ano de 2013, com 19 apresentações de trabalhos, não havendo a partir daí nenhum ano sem produção que tratasse sobre o referido Exame.

Nos trabalhos pesquisados, o ENEM foi problematizado ou serviu de base para pesquisas sob diferentes perspectivas, conforme podemos perceber na Tabela 2.

Temática	Quantidade	Porcentagem (%)
Acessibilidade da prova para surdos	1	0,8
Estudo sobre a produção acadêmica	1	0,8
Contextualização das questões	1	0,8
Gênero	1	0,8
Habilidades cognitivas exigidas pela prova	1	0,8
Interdisciplinaridade das questões	1	0,8
Percepção social sobre o ENEM	1	0,8
Participação de candidatos em privação de liberdade	1	0,8

Abordagem da questão racial nas questões da prova	1	0,8
Utilização para aferição de qualidade escolar	2	1,7
Contexto ideológico de sua implantação	2	1,7
Percepções do ENEM nas mídias	3	2,5
Uso do banco de dados socioeconômicos do ENEM	3	2,5
Concepção epistemológica de disciplina nas provas	4	3,4
Uso como processo de certificação do Ensino Médio	4	3,4
Modelo de avaliação em larga escala	5	4,2
Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)	6	5,0
Percepção de professores e alunos	12	10,1
Uso das médias como critério de seleção	14	11,8
Discussão com base na matriz de referência	16	13,4
Acesso ao Ensino Superior	17	14,3
Implicações no currículo e práticas	23	19,3
	119	100,00

Tabela 2 - Problematizações sobre o ENEM (1998 - 2016). Fonte: Elaborado pelos autores com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Dentre os trabalhos da Tabela 2, são merecedoras de destaque as 17 pesquisas que discutem a apropriação de dados gerados pela prova como critério de seleção dos espaços a serem estudados. Em 14 trabalhos, são utilizadas as médias escolares do ENEM, e, em outros 3 estudos, há uma apropriação das informações geradas pelos questionários socioeconômicos como critério de seleção das escolas e sujeitos a serem pesquisados.

Em 16 trabalhos, as discussões utilizam como uma de suas bases argumentativas a matriz de referência do ENEM juntamente com os PCNs, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) e demais documentos educacionais para dialogar com a formação de licenciados e currículo escolar.

Foram 16 trabalhos que se detiveram nos estudos sobre as percepções geradas pelo ENEM. A percepção social fora dos muros da escola foi tema de um trabalho apresentado; 3 abordaram as notícias e representações nas mídias, como revistas, programa televisivo; por fim, a percepção de professores e alunos quanto ao trabalho com o ENEM, teve 12 trabalhos apresentados.

A discussão sobre os processos avaliativos esteve presente em 13 trabalhos. Destes, 2 discutem a validade do ENEM como avaliação da qualidade educacional das escolas, por meio das médias globais; 2 estudam a ideologia de avaliação por trás da implementação do Exame, a partir de uma visão marxista, ligando a prova a uma perspectiva de reformas neoliberais; 4 analisam o papel do ENEM como exame de certificação do Ensino Médio e 5 trabalhos abordam o ENEM, a partir da problematização de avaliação em larga escala.

Em torno das discussões sobre a elaboração, habilidades, abordagens sociais e epistemológicas realizadas pelas questões da prova, foram encontrados 13 trabalhos. Destes, 1 discute o processo de contextualização das questões, 1 analisa as habilidades cognitivas exigidas, 1 discute a possível interdisciplinaridade apresentada pelas questões na formulação de seus enunciados e exigências para a resolução da questão; 4 são estudos sobre as concepções epistemológicas das disciplinas de História (3) e Filosofia (1), percebidas a partir da apresentação dos conteúdos, e 6 trabalhos se detêm na análise do enfoque Ciência, Trabalho e Tecnologia.

Nesta mesma perspectiva, temos 2 estudos em que as questões do ENEM serviram de base argumentativa: 1 realiza estudo sobre possível relação entre autoeficiência matemática e gênero, enquanto o outro discute a apresentação da temática racial nas questões do ENEM.

A temática inclusão foi contemplada em 19 trabalhos. Nestes, o foco principal foram as discussões sobre o acesso ao Ensino Superior, por meio do ENEM e os programas federais que giram em sua órbita, com 17 pesquisas apresentadas; os demais trabalhos tratam da problematização quanto à inclusão de pessoas surdas no que diz respeito à realização da prova, e sobre a aplicação da prova para pessoas privadas de liberdade.

Tratando sobre as implicações curriculares e as práticas docentes, vemos a maior quantidade de trabalhos apresentados, com 23 pesquisas, correspondendo a 20,3% da totalidade. Estas pesquisas tratam das possíveis mudanças curriculares e das práticas docentes, a partir das exigências diretamente ligadas ao ENEM. Estes trabalhos contemplam as disciplinas de Língua Portuguesa (5), História (2), Matemática (3), Química (1) e Educação Física (1), ainda a área de

Ciências da Natureza (1) e as mudanças em escolas de Ensino Médio a partir de estudo de caso (10).

3. Análise das teses e dissertações

Após a realização do levantamento quantitativo da produção acerca do ENEM, pudemos observar as problemáticas já trabalhadas sobre esse Exame e, a partir desta visão, estabelecemos o recorte dos trabalhos a serem analisados em nosso estado do conhecimento. Estabelecemos, como recorte temporal para a análise, os trabalhos produzidos no período de 2009 a 2016. Como forma de trabalhar com os textos produzidos sob a égide do que se convencionou nomear como o "Novo ENEM", selecionamos 8 destes textos para leitura. Esta seleção levou em conta a noção de ressignificação das políticas públicas no espaço escolar. Focamos nos trabalhos que discutem as implicações, ou não, do ENEM para o currículo e as práticas escolares. Constatamos que quatro pesquisas trabalham diretamente com a disciplina História, enquanto as outras quatro trabalham com uma abordagem mais ampla dentro do ambiente escolar.

Bergamin (2013) se propõe a comparar as competências e habilidades presentes nas questões do ENEM, documentos oficiais, PCN e PCN+, fazendo uma reflexão sobre que concepção de História está presente nas provas, partindo de uma discussão de disciplina escolar. A autora observa uma valorização dos saberes históricos acadêmicos, elevando a discussão das temáticas, ligando tal situação à finalidade de seleção para o Ensino Superior de candidatos mais preparados, o que se contrapõe às premissas dos PCNs. Os PCNs apontam para a formação humanista. Contudo, o critério de seleção baseado na extrema preparação coloca a História em um viés utilitarista.

O estudo aponta ainda que o ENEM atua na reformulação do currículo de Ensino Médio, mas a partir de uma seleção de conteúdos recorrentes nas questões das provas, trazendo, desta forma, restrições curriculares aos professores por focarem nos temas trabalhados com constância, criando uma formação cultural e restrita do currículo.

Bregenski (2016) analisa a prática docente nas escolas de Ensino Médio do Espírito Santo perante as exigências propostas a partir do ENEM, observando

aproximações e/ou antagonismos com o currículo de Ensino Médio vigente. Parte da hipótese de que a preocupação com a preparação dos alunos para a prova faz com que discussões necessárias à formação humana sejam deixadas de lado. A pesquisa entende o ENEM servindo de base para a reformulação curricular, a reelaboração de plano de aulas e mudanças da prática docente. Estas transformações advêm de uma compreensão do ENEM como avaliação da qualidade acadêmica dos alunos e das escolas, fortemente enfatizado com o ranqueamento a partir da nota da escola. Isto leva professores a utilizarem o Exame como referência na elaboração de seus currículos a fim de elevarem as notas, bem como a percepção social da qualidade educacional das escolas em que estão inseridos.

Moreira Junior (2015) tem por objetivo verificar se há transformações no ensino de História a partir das propostas do “Novo ENEM” de romper com a lógica dos vestibulares, tendo como local de pesquisa a escola de Ensino Médio Adauto Bezerra da rede estadual do Ceará, em Fortaleza. A pesquisa aponta mudanças positivas no ensino de História trazidas pelo ENEM. Para Moreira Junior (2015), esse Exame trouxe significativas mudanças na estruturação curricular, que passou a valorizar mais a História do Brasil nas discussões e distribuições de carga horária, na produção de material didático, que passou a se atentar a novos textos e documentos para discussão. Como ponto negativo, o autor aponta o distanciamento da História do Ceará do currículo, não possuindo carga horária específica nem material didático.

Majeski (2013) tem como centro de sua atenção o currículo para realizar a discussão das práticas dos professores, partido de orientações oficiais e a proposta do ENEM. O estudo estabelece um diálogo com professores, alunos e as observações em diário de campo para compor os dados de análise. Em suas observações, compreende que, mesmo com a dimensão no discurso escolar e abrangência do ENEM, a escola ainda encontra-se distante de ter um trabalho pautado no Exame como referência. Este distanciamento dá-se pela falha de discussão pedagógica e uma formatação curricular que não seria de grande interesse dos professores, os quais trabalham com uma listagem de conteúdos organizada a partir do que acham melhor. Conclui que o trabalho escolar não segue

as orientações oficiais ou do ENEM, mas é organizado de acordo com a necessidade dos professores.

Marins (2016) parte da afirmação do MEC de que o ENEM atuaria como agente incitador da reformulação curricular, para discutir a relação entre o que se avalia no ENEM e sua relação com as concepções de História, enunciadas nos documentos oficiais do MEC. O estudo percebe uma relativa autonomia na formação do currículo escolar, construído a partir de influências culturais, disputas e negociações, o que dificulta o estabelecimento da reestruturação curricular. A pesquisa aponta que as abordagens realizadas pelo Exame não se efetivam integralmente nas escolas, questão essa ligada à formatação curricular realizada internamente na escola, levando em conta fatores culturais e organização do currículo de cada professor especialista. Soma-se a isto a avaliação em maior número de certas competências em detrimento de outras, formando uma restrição curricular.

Piunti (2015) se detém no estudo da perspectiva de professores sobre as suas práticas de sala de aula para analisar quais as implicações proporcionadas pelo ENEM no trabalho docente. A pesquisa apresenta um estranho paradoxo na relação entre política pública oficial do ENEM e os professores, pois mesmo sem o conhecimento de grande parte dos documentos oficiais ou potencialidades do Exame, eles exercem seus trabalhos pautados no ENEM. Os docentes apresentam um certo grau de conhecimento das competências e habilidades, pautando seu trabalho a partir destas com centralidade no aluno. Os docentes veem a materialidade de seu trabalho reconhecido quando se constroem os sentimentos de valorização docente a partir do sucesso dos alunos, ou seja, ganham legitimidade através do utilitarismo da prova como meio da ascensão discente.

A pesquisa de Silva (2009) objetivou identificar como o ENEM modificou a prática pedagógica dos professores de Ensino Médio do município de Oriximiná-PA, partindo da concepção que os docentes têm de educação e avaliação, os conhecimentos que apresentam sobre o ENEM e como o Exame altera o trabalho pedagógico dos professores. Na análise dos dados, Silva (2009) constatou que os professores assimilaram o discurso oficial propagado, vendo-o como importante forma de avaliação, não podendo ser negligenciada a influência do ENEM no currículo e práticas pedagógicas, adentrando, também, no sistema de avaliação

interna da escola. Em contraponto, o professor teria perdido sua autonomia por ficar com seus saberes atrelados às orientações do ENEM.

Souza (2016) estuda as aproximações e os distanciamentos entre a habilidades e competências presentes no ENEM em relação aos PCNs, discutindo como estes movimentos influenciam o currículo de História, observando assimetrias entre documentos oficiais e práticas. O pesquisador ressalta as implicações advindas do ENEM nos currículos escolares. Devido aos distanciamentos entre os currículos escolares e os PCNs, e entre os currículos das instituições escolares, o ENEM acaba por ter um papel central na elaboração curricular de História.

Em síntese, percebemos nos trabalhos uma preocupação em analisar as implicações, ou não, no currículo escolar a partir das exigências oriundas da prova do ENEM. É a partir desses distanciamentos e aproximações nas conclusões alcançadas pelos pesquisadores sobre a influência do ENEM nos currículos e práticas escolares, que elaboramos a Tabela 3:

Autor	Conclusão
BERGAMIN	Influência do ENEM. Currículo com restrição aos temas mais recorrentes nas provas.
BREGENSK	Influência do ENEM. Gera mudança devido ao ranqueamento das escolas.
MOREIRA JUNIOR	Influência do ENEM. Mudanças positivas, com a valorização da História do Brasil. Como ponto negativo, a desvalorização da História Regional.
MAJESKI	Influência limitada do ENEM. Currículo é organizado de acordo com as necessidades dos professores.
MARINS	Influência parcial do ENEM. Currículo organizado por cada professor com ligação aos temas mais recorrentes nas provas.
PIUNTI	Influência do ENEM. Docentes ligam-se ao Exame pautando-se na valorização profissional com base nos resultados de alunos e das escolas.
SILVA	Influência do ENEM. Limitação do currículo ao ENEM gerando a perda da autonomia do professor.
SOUZA	Influência do ENEM. Apesar das contradições entre ENEM e documentos oficiais, o Exame atua como referência na formatação curricular.

Tabela 3 - Conclusões dos trabalhos sobre as implicações do ENEM no currículo escolar. Fonte: Elaborado pelos autores com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

A influência do ENEM na construção do currículo escolar, adequando-o à prova, demonstra a resignificação feita nos espaços escolares pelos professores. Já os trabalhos que concluíram que a influência do ENEM é limitada ou parcial, nos trazem a observação dos currículos sendo montados de acordo com necessidades internas da escola e de professores, ou mesmo em função da limitada apropriação docente dos pressupostos teóricos e metodológicos por trás do ENEM.

Considerações Finais

O ENEM, desde 2009, propôs-se a atuar no campo das políticas públicas de currículo, entendendo que sua matriz de referência, juntamente com as abordagens das questões que compõem sua prova, baseadas em competências e habilidades, trariam ao Ensino Médio um novo desenho curricular que o distanciaria do conteudismo e o aproximaria do ensino contextualizado, elevando e proporcionando novas abordagens.

Após a realização de oito edições do ENEM, milhares de candidatos se submeteram à sua prova. As escolas pautaram propagandas e discursos na valorização dos resultados individuais e institucionais como marca de qualidade educacional, seja na rede privada ou pública, apresentando o trabalho desenvolvido em salas de aula como pautados no ENEM. Contudo, ainda há de se perguntar até que ponto o ENEM alcançou o objetivo de reestruturar os currículos do Ensino Médio.

Podemos observar, em nossa análise, que não há um consenso entre os trabalhos sobre a influência que o ENEM exerce no currículo escolar, e, mais ainda, quanto às motivações que permitem essa influência na escola ou como se dá a resignificação na prática escolar dos pressupostos do ENEM. O que vemos é uma variedade de práticas e interpretações sobre o Exame. Os trabalhos dos autores analisados apresentam aproximações e distanciamentos, ora vendo esse Exame

como indutor de práticas, ora como mero discurso de práticas, mesmo que a sua presença no dia a dia dos professores seja inegável.

Percebemos, na redação deste estado do conhecimento, um espaço ainda aberto e rico de exploração sobre a temática em torno das implicações curriculares advindas do ENEM na prática dos professores de História. Isso se apresenta pela baixa quantidade de pesquisas sobre as implicações do Exame nos currículos de História, juntamente com as variações de interpretações entre os autores analisados.

Referências

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J.; MAROY, Christian. Schools' logics of action as mediation and compromise between internal dynamics and external constraints and pressures. *Compare*, Oxford, v. 39, n. 1, p. 99-112, 2009.

BERGAMIN, Fabíola Matte. *Currículo e exame nacional do ensino médio: rupturas e permanências na conformação dos saberes históricos escolares*. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=89372>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, sociedade e cidadania*. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL. *Lei n 11.096*, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 3 out 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*. 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=768&Itemid=>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. *Portaria INEP nº 109*, de 27 de maio de 2009. Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009. 2009b. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=214657>>. Acesso em: 13 de maio 2017.

BRASIL. *Portaria MEC nº 438*, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

BREGENSK, Kênya Maquarte Gumes. *Trabalho docente e Exame Nacional do Ensino Médio: tensões e dilemas*. 2016. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4284828#> Acesso em: 12 jun. 2017.

ENEM 2005 tem número recorde de inscritos, diz presidente do Inep. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17636.shtml>> Acesso em: 13 maio 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Exame Nacional do Ensino Médio: Relatório Final 98*. 1998. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/494207>. Acesso em: 20 set. 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *ENEM 2016: resultado individual*. 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2016/apresentacao_final_resultados_2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Relatório pedagógico: Enem 2011-2012*. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1401>>. Acesso em: 20 set 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. MEC e Inep anunciam mudanças no exame em função de consulta pública. 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/artigo2/-/asset_publisher/GngVoM7TApe5/content/mec-e-inep-anunciam-mudancas-no-exame-em-funcao-de-consulta-publica/21206?inheritRedirect=false>. Acesso em: 20 set. 2017.

LOPES, Alice Casimiro; LÓPEZ, Silvia Braña. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 89-110, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/05.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

MAJESKI, Sergio. *Ensino médio, currículo e cotidiano escolar: sobre movimentos e tensões nos discursos oficiais*. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2370/1/tese_6799_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20S%C3%A9rgio%20Majeski.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MARINS, Cosme Freire. *Currículo de história no ensino médio e a avaliação de egressos: a relação entre os documentos orientadores da disciplina e os exames oficiais (Enem e vestibulares) – 2009-2013*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREIRA JUNIOR, Ricardo Lima. *A proposta do novo ENEM e suas repercussões na prática docente de história no ensino médio público de Fortaleza*. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2385962> Acesso em: 12 jun. 2017.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. In.: *Pro-Posições*. v. 23, nº 3. Set.-Dez. Campinas, p. 51-66, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/04.pdf>> Acesso em: 20 set. 2017.

PIUNTI, Juliana Cristina Pelotti. *O Exame Nacional do Ensino Médio: uma política reconstruída por professores de uma escola pública paulista*. 2015. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2385962> Acesso em: 12 jun 2017.

ROCHA, Ana Angelita da; RAVALLEC, Carmem Teresa Gabriel. Enem nos documentos: uma leitura pós-fundacional da reestruturação do exame em 2009. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p.1993-2018, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21677/15923>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SILVA, Claudene Souza da. *O Exame Nacional do Ensino Médio: ENEM e suas repercussões nos trabalhos pedagógicos dos professores do Ensino Médio do município de Oriximiná*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp140080.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SOUZA, Kleber Luiz Gavião Machado de. Consensos e assimetrias nas políticas curriculares para a disciplina história no ensino médio brasileiro (1998-2012). 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3748335>. Acesso em: 12 jun. 2017.

*Recebido em 09 de outubro de 2017
Aprovado em 30 de abril de 2018*